

POLÍTICA

QUINTA-FEIRA, 9 DE DEZEMBRO DE 1993

PÁGINA A4

Orçamento

ESCÂNDALO/INVESTIGAÇÕES

CPI vai tomar depoimento de PC na prisão

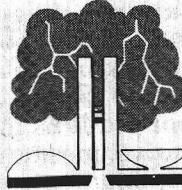
*Conversa preliminar
pretende evitar
convocação que nada
acrescente às investigações*

BRASÍLIA — A CPI do Orçamento resolveu mandar cinco parlamentares ao Comando da Polícia Militar de Brasília para saber se o empresário Paulo César Farias tem algo a dizer sobre o esquema de manipulação do Orçamento. Por 17 votos a 2, a comissão decidiu que é mais prudente tomar um depoimento preliminar. Só o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), e o deputado Aloízio Mercadante (PT-SP) discordaram da proposta.

No fim da reunião, Passarinho mudou de idéia. "Nossa experiência já trouxe aqui mecânico e motorista que nada disseram", justificou. A comissão que vai falar com PC é formada pelos deputados Odacir Klein (PMDB-RS), Fernando Freire (PPR-RN) e Sérgio Miranda (PC do B-MG), e pelos senadores Luiz Alberto (PTB-PR) e Élcio Alvares (PFL-ES).

No início da noite, eles avaliavam a possibilidade de visitar PC na prisão ontem mesmo. A CPI teme que, convocado a depor, PC use a sessão para falar de financiamento de campanhas e fazer denúncias sem ligação com o escândalo do Orçamento.

Houve muita confusão na reunião de ontem da CPI na hora em que se discutiu a convocação de novos depoimentos. O deputado Pedro Pavão



André Dusek/AE



Passarinho, com Magalhães: "Já trouxemos motorista que nada disse"

**JOÃO ALVES
MOVIMENTOU
MAIS DE US\$
40 MILHÕES**

(PPR-SP) insinuou que a cúpula da comissão estaria protegendo Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), que sucessivamente vem adiando seu comparecimento. Passarinho reagiu: "Não posso trazê-lo debaixo de vara."

Além de Ibsen, estão na fila para depor os deputados Flávio Derzi (PP-MS), Carlos Benevides (PMDB-CE) e Uldurico Pinto (PSB-BA). As subcomissões ganharam 24 horas para indicar os próximos que devem ser ouvidos.

A subcomissão de bancos fechou ontem as contas de Noelma Neves,

empregada doméstica do deputado João Alves (BA). Nos últimos cinco anos, assinando cheques em nome da funcionária, ele movimentou US\$ 5,7 milhões. O total movimentado por Alves supera US\$ 40 milhões e o relatório da subcomissão vai sugerir sua cassação.

Também serão apontados para cassação os deputados José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), Manoel Moreira (PMDB-SP), Genebaldo Correia (PMDB-BA), Cid Carvalho (PMDB-MA), Fábio Raunheitti (PTB-RJ) e o suplente Feres Nader (PTB-RJ). O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) e os senadores Humberto Lucena (PMDB-PB) e Mauro Benevides (PMDB-CE) tiveram a movimentação bancária considerada normal.